

A educação

enquanto fenômeno social:

Um estímulo à transformação humana

2



Américo Junior Nunes da Silva
Abinalio Ubiratan da Cruz Subrinho
(Organizadores)

Atena
Editora
Ano 2022

A educação

enquanto fenômeno social:

Um estímulo à transformação humana

2



Américo Junior Nunes da Silva
Abinalio Ubiratan da Cruz Subrinho
(Organizadores)

Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



A educação enquanto fenômeno social: um estímulo a transformação humana 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
Abinalio Ubiratan da Cruz Subrinho

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 A educação enquanto fenômeno social: um estímulo a transformação humana 2 / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, Abinalio Ubiratan da Cruz Subrinho. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0062-2

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.622221103>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Subrinho, Abinalio Ubiratan da Cruz (Organizador). III. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Desde a superação dos paradigmas interpostos pelas tendências de cunho tradicionalista, o campo educacional vem somatizando uma série de ganhos e tensionamentos, entre eles se sublinha o amadurecimento das concepções da aprendizagem enquanto ato situado, atravessado pelas mais diversas experiências e contextos no qual todos os atores envolvidos neste rizoma se tornam importantes elaboradores e propagadores de conhecimento.

Adjunto a isso, se destaca também a indispensável atuação dos professores/as, coordenadores/as e demais profissionais da educação no desenvolvimento de reflexões de cunho teórico, metodológico, epistemológico, formuladas a partir da investigação da sua própria prática. Estudos que se convertem basilares no desenvolvimento de políticas públicas que levem em consideração o cenário sociocultural no qual a escola está imersa (do qual é simbioticamente integrante) e os sujeitos, intra e extramuros, que a compõem.

Nesse sentido, as práticas de pesquisa em Educação têm oportunizado um ganho sistêmico e multilateral para o campo e para os sujeitos, benefícios que refletem, diretamente, nos gestos e processos sociais: ganha o campo pois, em decorrência das investigações novas lentes são lançadas sobre fenômenos e problemáticas que permeiam as relações seculares do ensinar e aprender, bem como emergem novas questões achados que irão, entre outras circunstâncias, contribuir com reformulação do currículo escolar e da didática, inserindo e revisando temáticas e epistemologias.

Quanto aos indivíduos que, atravessados de suas subjetividades, ao pesquisarem exercem a autoformação, dimensão formativa aqui pensada a partir de Pineau (2002), que em linha gerais a define como um processo perene que acompanha os sujeitos em toda sua vida, promovendo uma revolução paradigmática. O estar atento a você mesmo, suas atitudes, emoções, e a relação com o outro e com o ambiente. A interação destas dimensões constitui um engajamento às causas pessoais, sociais e ambientais, possibilitando que os indivíduos reflitam e ressignifiquem, nesse contexto, o pensar praticar à docência e as outras diversas formas de ensinar.

Desse modo, nesta obra intitulada “**A educação enquanto fenômeno social: Um estímulo a transformação humana**” apresentamos ao leitor uma série de estudos que dialogam sobre as mais variadas temáticas, entre elas: a formação inicial e contínua dos profissionais da educação; discussões acerca dos níveis e modalidades de ensino, percebidas a partir de diversas perspectivas teóricas; da gestão da sala de aula e da gestão democrática do ensino público; elaboração e análise crítica de instrumentos ensino e situações de aprendizagem; constructos que versam sobre educação, tecnologia, meio ambiente, entre outras propostas transversais. As pesquisas adotam métodos mistos, filiadas a diferentes abordagens, campo teórico e filosófico, objetivando contribuir com a

ampliação dos debates em educação e com a formação, qualificação e deleite de todos os sujeitos que se encontrarem com este livro.

Assim, desejamos a todos e todas uma aprofundada e aprazível leitura.

Américo Junior Nunes da Silva
Abinalio Ubiratan da Cruz Subrinho

SUMÁRIO


CAPÍTULO 1..... 1

RAÍZES DA FORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: MARCOS E DIMENSÕES

Eduardo Menegais Maciel

Gilian Evaristo França Silva

Idinéia Dutra Marquezoti de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6222211031>

CAPÍTULO 2..... 12

DISCUTINDO A RELAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: REINVENTADO A EXTENSÃO


Natália Mueller Jenichen Perboni

Fabia Graciela de Marchi Maffezzoli

Isabela Antonio Pereira

Isabelle Martins de Carvalho

Nathália Pagotto


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6222211032>

CAPÍTULO 3..... 24

PERCEPÇÃO DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DE LUZIÂNIA SOBRE A PANDEMIA DO COVID -19

Letícia Lima Veras Guarany Khouri

Simone Paixão Araújo


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6222211033>

CAPÍTULO 4..... 38

O RACIONALISMO FORMAL: TECNOFILIA E ENSINO PRAGMÁTICO

Lucas Sá Mattosinho


Maria da Graça Mello Magnoni

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6222211034>

CAPÍTULO 5..... 51

A PRÁTICA DA TUTORIA COM FOCO NA IMPORTÂNCIA DO PAPEL DO TUTOR PARA CURSOS À DISTÂNCIA: IDENTIFICANDO AS SUAS PRINCIPAIS FUNÇÕES

José Maria Maciel Lima


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6222211035>

CAPÍTULO 6..... 62

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: RELAÇÃO ALUNO E MERCADO DE TRABALHO

Gabriele Bonck

Paola Andressa Scortegagna


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6222211036>

CAPÍTULO 7..... 78

DIRETORES ESCOLARES EM UM CONTEXTO DE MASSIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO: OS

DESAFIOS DA QUALIDADE

Cássio José de Oliveira Silva


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6222211037>

CAPÍTULO 8..... 99

DISCUTINDO EDUCAÇÃO - PARTINDO DE KANT E FOUCAULT

Éverton Nery Carneiro

Valdivino Souza Ribeiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6222211038>

CAPÍTULO 9..... 111

A EDUCAÇÃO DE PESSOAS JOVENS ADULTOS E IDOSAS COMO POLÍTICA PÚBLICA DE DIREITOS

Jacqueline Nunes Araújo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6222211039>

CAPÍTULO 10..... 123

DIÁRIO DE ITINERÂNCIA COMO ESTRATÉGIA REFLEXIVA DO QUEFAZER PEDAGÓGICO - EDUCAÇÃO DAS SENSIBILIDADES E NARRATIVAS: O MUNDO NA ESCOLA E A ESCOLA NO MUNDO

Mauro Batista da Rosa Junior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62222110310>

CAPÍTULO 11..... 127


A FORMAÇÃO PASTORAL EM MEIO A PANDEMIA DO COVID-19: OPORTUNIDADES E DESAFIOS

Alisson de Souza

Clélia Peretti

Levy Freitas de Lemos

Mirian Cristina Vidal da Rocha

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62222110311>


CAPÍTULO 12..... 136

AMAZÔNIA: A FORMAÇÃO SOCIOCULTURAL E AS IMPLICAÇÕES EDUCACIONAIS

Glauciene Dutra Silva

Leila Adriana Baptaglin

Wellen Crystinne de Araújo Sousa e Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62222110312>


CAPÍTULO 13..... 145

A FORMAÇÃO E O TRABALHO DOS ENFERMEIROS EM UNIDADES DE CUIDADOS INTENSIVOS NUM ESTUDO COMPARADO PORTUGAL E BRASIL

Ana Paula Morais de Carvalho Macedo

Vilanice Alves de Araújo Püschel

Katia Grillo Padilha

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62222110313>

CAPÍTULO 14..... 158

THE TRANSVERSALITY OF THE SDGS IN UNIVERSITY STUDIES: A MULTIDISCIPLINARY EXPERIENCE


Lucía Aparicio Chofré
Cristina Escamilla
Elisa Gimenez Fita
Guadalupe Bohorques Marchori
Carla de Paredes Gallardo
José María Quilez Moreno

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62222110314>

CAPÍTULO 15..... 170

A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA DE ACOLHIMENTO PARA MIGRANTES E REFUGIADOS


Ádani Lopes Brito
Angela Cristina Dias do Rego Catonio

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62222110315>

CAPÍTULO 16..... 182

PRÁTICAS DOCENTES NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O QUE SE CONSIDERA INDISCIPLINA?


Luzimar Diniz Flores
Arisa Araújo da Luz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62222110316>

CAPÍTULO 17..... 187

LIGA PELA EQUIDADE, IGUALDADE E ALFABETIZAÇÕES: O PROGRAMA LEIA+ E AS TRANSFORMAÇÕES REQUISITADAS PELO IVC (INDICADOR VULNERABILIDADE CURITIBA)

Oséias Santos de Oliveira
Maria Sílvia Bacila
Andressa Woellner Duarte Pereira
André Felipe Zilio da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62222110317>

CAPÍTULO 18..... 196

GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL


Maria Rosangela Portella de Castro
Elenice da Silva Moraes


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62222110318>

CAPÍTULO 19..... 205

DESAFIOS DE UMA APRENDIZAGEM PROFISSIONAL - CUIDAR NOS PROCESSOS DE PERDAS E LUTOS

Maria de Fátima Moreira Rodrigues

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62222110319>

CAPÍTULO 20.....	218
O USO DOS MATERIAIS PEDAGÓGICOS NAS AULAS Lorrany Santos Baima  https://doi.org/10.22533/at.ed.62222110320	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	223
ÍNDICE REMISSIVO.....	224

CAPÍTULO 6

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: RELAÇÃO ALUNO E MERCADO DE TRABALHO

Data de aceite: 01/03/2022

Gabriele Bonck

Universidade Estadual de Ponta Grossa
Ponta Grossa – Paraná
<http://lattes.cnpq.br/7685947239540515>

Paola Andressa Scortegagna

Universidade Estadual de Ponta Grossa
Ponta Grossa – Paraná
<http://lattes.cnpq.br/9018949836350823>

RESUMO: A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino, prescrita na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9394/96, e destina-se aos jovens, adultos e idosos que não concluíram a sua escolarização na considerada idade certa. A EJA atende, em sua maioria, pessoas que buscam por meio da educação, um espaço no mercado de trabalho, os quais possuem diferenças culturais, econômicas, políticas e sociais. Ante ao exposto, a presente pesquisa tem por objetivo refletir sobre as produções acadêmicas (livros, artigos, dissertações e teses) referente aos anos de 2000 a 2019, que tem como objeto a Educação de Jovens e Adultos, especialmente sobre os discentes do Ensino Médio e a relação com o mercado de trabalho. A pesquisa é de cunho qualitativo, realizada por meio de uma investigação bibliográfica. Os resultados apresentados reforçam a relação da EJA com o mercado de trabalho, através da disposição de legislações educacionais voltadas as demandas capitalistas mercadológicas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de Jovens e Adultos, Ensino Médio, Mercado de Trabalho.

YOUTH AND ADULT EDUCATION: RELATIONSHIP STUDENT WITH THE LABOR MARKET

ABSTRACT: Youth and Adult Education (EJA) is a teaching modality, prescribed in the Law of Directives and Bases of National Education, LDB 9394/96, and is aimed at young people, adults and the elderly who have not completed their schooling at the considered age certain. The majority of EJA serves people who seek, through education, a space in the labor market, who have cultural, economic, political and social differences. In view of the above, this research aims to reflect on the academic productions (books, articles, dissertations and theses) referring to the years 2000 to 2019, which has the object of Youth and Adult Education, especially about high school students and the relationship with the labor market. The research is of a qualitative nature, carried out through a bibliographic investigation. The results presented reinforce the relationship between EJA and the labor market, through the provision of educational legislation aimed at capitalist market demands.

KEYWORDS: Youth and Adult Education, High School, Labor Market.

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino correspondente ao atendimento de jovens e adultos que não frequentaram ou não concluíram a Educação

Básica. Após a promulgação da LDB 9394/96 e das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos (Parecer nº11/2000) ressignifica-se conceitualmente as ações, as quais tornam-se conhecidas como Ensino Supletivo.

Os sujeitos que compõe a Educação de Jovens e Adultos são homens e mulheres que sobrevivem essencialmente da venda da força de seu próprio trabalho. Os trabalhadores-alunos da EJA estão sob a condição de contratos formais ou temporários, de trabalhos informais ou estão em busca de emprego (COSTA,2013). Assim estão sob influência das “demandas do processo de acumulação de capital” (FRIGOTTO, 2003, p. 30).

Perante as demandas capitalistas mercadológicas, a escola passa a ser um instrumento para formar sujeitos aptos e qualificados para o trabalho (FAVORETTO; FIGUEIREDO; VIRIATO, 2011). Por conseguinte, a Educação de Jovens e Adultos demonstra estar vinculada ao mercado de trabalho e a formação técnica mediante seu histórico de leis e projetos os quais voltam-se à qualificação profissional. Além desta formação técnica-profissional, a EJA propicia o acesso aos conhecimentos científicos, os quais contribuem para que o trabalhador-aluno amplie sua visão de mundo e desaliena-se das condições impostas pela sociedade.

Em face do exposto, o objetivo deste estudo é apresentar, através de uma pesquisa de cunho bibliográfico, dados estatísticos do IBGE e INEP a fim de corroborar com a afirmativa da relação entre a Educação de Jovens e Adultos e o mercado de trabalho, assim como, refletir acerca das possibilidades da EJA voltada a emancipação política, econômica e social de seu público vigente.

A EJA NO BRASIL

A Educação de Jovens e Adultos perpassa toda a história do Brasil, com início no período colonial, através da catequização dos indígenas pelos jesuítas, até os tempos hodiernos. No Brasil Colônia ensinava-se o artesanato e os demais ofícios essenciais daquela época. A formação no Brasil Império acontecia por meio dos Liceus de artes e ofícios, entidades filantrópicas e academias militares. Os Liceus de artes e ofícios constituem-se a partir de 1890 como escola profissionalizante destinada aos trabalhadores específicos como: marceneiros, carpinteiros e mestres de obras (COSTA, 2013).

Mais tarde, no governo republicano paulista, na gestão de Bernardino Campos criou-se os cursos noturnos para “ministrar conhecimentos indispensáveis aos menores de 16 anos que por trabalharem durante o dia não podiam frequentar as escolas” (Art.69 do Regimento Interno de 26/7/1897 apud MORAES,2013, p.983). Em São Paulo, no ano de 1917 existiam 139 escolas e cursos profissionalizantes para menores e adultos, atendendo 7.763 alunos (MORAES, 2013).

Em 1930 com a industrialização iminente no Brasil, as exigências de qualificação e diversificação no trabalho se estabelecem, favorecendo um crescimento nas matrículas em

Entre 1932 e 1937 a matrícula geral em todo o país no ensino supletivo havia se elevado de 49.132 a 120.826, crescendo a matrícula efetiva de 39.049 para 89.916 e as unidades escolares de 663 para 1.666[...] o favorecimento da educação dos adultos em larga escala só encontraremos com a regulação do FNEP [...] a abertura política propiciou o florescimento de movimentos isolados de educação de adultos, surgindo Universidades Populares organizadas segundo o modelo europeu e vinculadas a instituições de ensino ou bibliotecas. Seus promotores preocupavam-se com a difusão cultural e com a promoção de programações para o lazer, cursos de extensão, centros de debates, clubes de estudos e fóruns (PAIVA,1987, p.173).

Mediante a esse crescimento e sob as bases do Estado Novo (1937-1945) instituiu-se as Leis Orgânicas de Ensino criadas em 1942, como resposta a estas novas demandas. Após a criação das Leis orgânicas, há um longo período de ausência de políticas públicas e de fracasso na escolarização da população brasileira (ALMEIDA; CORSO,2015).

Após este período de ausência de políticas públicas, a primeira iniciativa pública ocorreu em 1947, através da Primeira Campanha Nacional de Educação de Adolescente e Adultos (CEAA), que foi uma iniciativa do Ministério da Educação e Saúde coordenada por Lourenço Filho:

Essa Campanha percebia a educação como processo destinado a proporcionar a cada indivíduo, segundo suas capacidades, os instrumentos indispensáveis ao domínio da cultura de seu tempo, as técnicas que facilitassem o acesso a essa cultura e com os quais cada homem pudesse desenvolver-se e procurar melhor ajustamento social (BEISEGEL,1974 apud ALMEIDA; CORSO,2015, p.1286).

Após a CEAA, em 1950 diagnostica-se que 55% da população brasileira maior de 18 anos era analfabeta. A UNESCO, estimulou a criação de programas nacionais de educação de adultos analfabetos para atender as regiões mais debilitadas. Em 1952 criou-se a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) voltada a região nordeste: “Nesse Congresso, foi legitimada a frase “ser brasileiro é ser alfabetizado”, essa perspectiva buscava enfatizar a importância da educação de adultos para a democracia e defendia a alfabetização em nome da cidadania” (ALMEIDA; CORSO, 2015, p.1287).

No Congresso Nacional de Educação de Adultos, apontou-se como críticas: “as precárias condições de funcionamento, a baixa frequência e aproveitamento dos alunos, a má remuneração dos professores e sua conseqüente desqualificação, e a inadequação de programas e do material didático à sua população” (ALMEIDA; CORSO,2015, p.1288). O educador Paulo Freire apontou a necessidade de revisar os métodos e processos de ensino, para que os educandos pudesse participar nos seus processos de aprendizagem.

O final da década de 1950 e os anos de 1960 foram marcados por significativas transformações sociais, políticas e econômicas, a qual, contribuiu para as iniciativas públicas em relação aos jovens e adultos posteriormente. A ampliação do debate em torno

da educação popular, introduziu a educação de adultos em seu meio

O conceito de educação de adultos vai movendo na direção da educação popular na medida em que a realidade começa a fazer algumas exigências à sensibilidade e à competência científica dos educadores e das educadoras. Uma destas exigências tem a ver com a compreensão crítica dos educadores do que vem ocorrendo na cotidianidade do meio popular [...] os conteúdos a serem ensinados não podem ser totalmente estranhos àquela cotidianidade (FREIRE, 2005, p.15).

A educação popular era entendida como uma educação ofertada à população de maneira gratuita e universal. A educação de adultos conjunta com a popular incluía as escolas noturnas para adultos. Foi ao longo do século XX que a educação popular foi valorizada em meio a uma disputa ideológica, de um lado existiam idealizadores da educação lutando para o fortalecimento da mesma, e de outro, a organização popular que prezava pelas relações econômicas vigentes do período.

Em 1963, o Ministério da Educação encarregou Paulo Freire de se empenhar na elaboração de um Programa Nacional de Alfabetização. Esse movimento e as demais iniciativas foram interrompidos pelo golpe militar em 1964. O regime cívico militar criou três ações voltadas para a EJA: em primeiro lugar a Cruzada Ação Básica Cristã (Cruzada ABC), o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) em 1967, o qual começa sua expansão no Pernambuco, Paraíba e Sergipe, com o objetivo de alfabetizar e promover uma educação continuada. A terceira ação do regime militar foi o Ensino Supletivo (Lei 5.692/71).

Somente com a Lei de Diretrizes e Bases de 1971, foi estabelecido um capítulo específico sobre a educação de jovens e adultos. Em 1985 com a extinção do Mobral, surgiram novos programas como a Fundação Nacional para a Educação de Jovens e Adultos (Fundação Educar) atrelada ao Ministério da Educação (SOUZA, 2015).

A Constituição de 1988 avança em requisitos normativos ao “ampliar o dever do Estado para todos aqueles que não têm escolaridade básica, independentemente da idade. Destinou ainda 50% dos recursos de impostos vinculados ao ensino para combater o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental” (HADDAD, 2006 apud ALMEIDA; CORSO, 2015, p.1291).

Na década de 1990, com o Governo de Collor (1990-1992), muitas conquistas educacionais dos anos anteriores são revogadas, a primeira medida foi a extinção da Fundação Educar. No mesmo ano criou-se o Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), extinto após um ano, por falta de recursos financeiros. No governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), foram implementadas reformas educacionais, entre elas a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96). A referência da EJA na LDB reafirma o direito dos jovens e adultos trabalhadores do acesso ao ensino básico. O governo de FHC retoma as campanhas de alfabetização, com o intuito de preparar o trabalhador para o mercado de trabalho, assim, criou-se o Programa Nacional de Educação na Reforma

Agrária (PRONERA) e o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR).

No governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) ocorre a ampliação do acesso a EJA, bem como a expansão da educação profissional. Desenvolveram-se diversas iniciativas voltadas aos jovens e adultos trabalhadores, as quais destacam-se: Brasil Alfabetizado, Saberes da Terra, Proeja, Escola de Fábrica, Exame Nacional para Certificação das Competências de Jovens e Adultos, Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã, Plano Nacional de Qualificação, Agente Jovem, Soldado Cidadão, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da área de Enfermagem, Programa de Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade Civil/Soldado Cidadão (ALMEIDA; CORSO, 2015).

Destaca-se dois programas dentre os citados acima voltados a formação desses jovens e adultos ao mercado de trabalho: o PROEJA e o PROJOVEM. O Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (PROJOVEM) foi criado em 2005, o qual, volta-se para o público de 18 a 29 anos com o intuito de conclusão e certificação do ensino fundamental articulado a formação profissional inicial (ALMEIDA; CORSO, 2015, p.1295-1296).

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos foi criado por meio do Decreto 5.478, de 24 de junho de 2005, com o intuito de interligar a educação de jovens e adultos à formação profissional. A lei nº 11.741 criada em 2018, que altera os artigos 37,39,41 e 42 da LDB (9394/96) reafirma-se a articulação da EJA com a educação profissional.

Diante do histórico apresentado, observa-se que a história da EJA perpassa longos anos em busca da valorização e do reconhecimento destes alunos que, não estão mais em idade escolar e necessitam da educação para ascender economicamente, socialmente e culturalmente. Diante desta necessidade, a legislação brasileira reafirma a obrigatoriedade da Educação de Jovens e adultos assegurada pelas instituições de ensino desde a Constituição Brasileira de 1824 até o PNE de 2014.

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL DA EJA NO BRASIL

A Constituição de 1824 determinava que todos os cidadãos teriam acesso a instrução primária. O Ato Adicional de 1834 atribuía aos governos a responsabilidade acerca da educação fundamental das crianças e dos adultos. Em 1879 o Decreto nº 7.247 tratava da reforma do ensino, o documento previa a: “criação de cursos para adultos analfabetos, livres ou libertos, do sexo masculino, com duas horas diárias de duração no verão e três no inverno” (SOUZA, 2015, p.73), um avanço em relação a preocupação educacional, uma vez que os índices de analfabetismo eram relevantes.

A Constituição da República Brasileira de 1891, primeira Constituição após a Proclamação da República (1889) continua com os ideais de educação popular. O

reconhecimento educacional como direito de todos dá-se através da Constituição de 1934. A partir desta, decretos e leis acerca da educação brasileira tornam-se vigentes, transcrevendo a necessidade de regulamentar a educação pública, gratuita e para todos, valorizando a educação primária e o ensino de jovens e adultos.

O decreto nº 19.513, de agosto de 1945 regulamentou ações do FNEP, criado em 1942, estabelecendo que 25% de cada auxílio federal seriam destinados à educação primária de adolescentes e adultos analfabetos. A lei Orgânica do Ensino Primário (Decreto-Lei nº 8.529, de 1946) menciona o curso primário supletivo voltado à adolescentes e adultos, com disciplinas obrigatórias e dois anos de duração. Em 1947, com a Portaria nº 57 organizou-se um Serviço Nacional de Educação que possibilitou a ação da Campanha Nacional de Educação de Adultos. Em 1958, a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, atendendo a Lei nº 3.327- A de 1957, por meio da Portaria nº 5-A, a qual propunha o desenvolvimento de um plano em cada município das regiões brasileiras.

Com a Lei nº 4.024 de 1961 determina-se que as pessoas maiores de 16 anos poderiam obter certificados de conclusão de curso ginásial mediante a realização de exames após estudos efetivados fora do regime escolar. A Lei nº 5.692 de 1971 regulamentou o ensino supletivo no ensino regular. Em 1988, a Constituição Federal em seu art. 208 registra a garantia do Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito a todos aqueles que não tiveram acesso a ele na idade apropriada.

Em 1996 foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) que traz os artigos 37 e 38 voltados a Educação de Jovens e Adultos com a inserção de um novo parágrafo no Art.37 oriundo da legislação de 2008, o qual está explícito que

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de Jovens e Adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento (Lei nº 11.741, de 2008).

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I – no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II – no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

Após a criação da LDB em 1996, outros documentos foram instituídos. O Conselho Nacional de Educação, por meio da Câmara de Educação Básica determinou diretrizes vigentes para a EJA:

Parecer CNE/CEB nº 11 de 10 de maio de 2000: esclarece aspectos da LDBEN, amplia o sentido da EJA, afirmando o direito a educação, o qual, reafirma-se através da concepção de educação ao longo da vida e aborda as funções reparadora, equalizadora e qualificadora vigentes da educação de jovens e adultos.

Resolução CNE/CEB n.º 1, de 05 de julho de 2000: institui as Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos (DCNEJA).

Resolução CNE/CEB n.º 2, de 19 de maio de 2010: institui as Diretrizes Nacionais para oferta de educação para jovens e adultos em privação de liberdade.

Resolução CNE/CEB n.º 3, de 15 de junho de 2010: institui as Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos (DOEJA), a qual define, a duração dos cursos da EJA a idade mínima para ingresso, tanto para os cursos presenciais quanto para a EJA desenvolvida por meio da Educação a Distância (EAD).

Resolução CNE/CEB n.º 3, de 13 de maio de 2016: estabelece as Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

Resolução CNE/CEB n.º 4, de 30 de maio de 2016: dispõe sobre as Diretrizes Operacionais, de modo a reduzir a pena pelo estudo de pessoas em privação de liberdade nos estabelecimentos penais do sistema prisional brasileiro.

Esses documentos respaldam conceitualmente a Educação de Jovens e Adultos enfatizando a obrigatoriedade da Educação Básica e respaldam a necessidade de abranger diferentes públicos no contexto educacional.

O Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, destaca um capítulo sobre a EJA, o qual propõe 26 metas, dentre as quais se destacavam cinco objetivos

1) alfabetizar, em cinco anos, dez milhões de pessoas, de modo a erradicar o analfabetismo em uma década; 2) assegurar, em cinco anos, a oferta do primeiro ciclo do ensino fundamental a metade da população jovem e adulta que não tenha atingido esse nível de escolaridade; 3) oferecer, até o final da década, cursos do segundo ciclo do ensino fundamental para toda a população de 15 anos ou mais que concluiu as séries iniciais; 4) dobrar, em cinco anos, e quadruplicar, em dez anos, a capacidade de atendimento nos cursos de EJA de nível médio; 5) implantar ensino básico e profissionalizante em todas as unidades prisionais e estabelecimentos que atendem a adolescentes infratores (DI PIERRO, 2010, p.944).

Para cumprir tais metas, as três esferas governamentais necessitam cooperar entre

si, incrementando os recursos financeiros. Estudos relacionados ao cumprimento das metas do PNE (2001-2010) ressaltam o não cumprimento integral de todas as metas sancionados desde sua implementação até o ano de 2015, acerca da Educação de Jovens e Adultos

Embora as estatísticas populacionais registrem um crescimento no número de pessoas que participam de programas de alfabetização, repercutindo o engajamento de estados e municípios nas campanhas lideradas pelo governo federal no período, as taxas de analfabetismo mantiveram a tendência histórica de recuo bastante lento (Tabela 1). Nesse ritmo, o Brasil também não cumprirá, em 2015, o compromisso da iniciativa de Educação para Todos de reduzir pela metade o índice de analfabetismo de 13,6% registrado em 2000 (DI PIERRO, 2010, p. 946).

O novo PNE aprovado em junho de 2014 por meio da Lei n. 13.005, contém 20 metas, das quais, quatro (3, 8, 9 e 10) são voltadas a Educação de Jovens e Adultos

Meta 3: universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento). Meta 8: elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional. Meta 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional (BRASIL, 2014).

As metas relacionadas a EJA articulam-se com as demais e dependem das outras metas estruturantes que ressaltam a qualidade da educação básica (meta 7), como também da constituição de uma política voltada a formação inicial e continuada de professores (meta 15), da formação em nível de pós-graduação de 50% de professores e também da formação continuada considerando as demandas locais (meta 16), da gestão democrática (meta 19) e do financiamento (meta 20) (BRASIL, 2014a).

RELAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS X MERCADO DE TRABALHO

Para estabelecer relações entre a Educação de Jovens e Adultos e o Mercado de Trabalho, é necessário um recorte histórico referente ao Capitalismo e a teoria do Capital Humano. A partir da Primeira Revolução Industrial no século XVIII e da Segunda Revolução industrial que aconteceu no final do século XIX, o capitalismo se dissemina e fortalece-se. Na sociedade capitalista novas relações entre sujeito e conhecimento são adquiridas

[...] O trabalho humano [...] é de imediato um trabalho racional, isto é, um trabalho no qual se encontra expresso o conhecimento que o homem tem do mundo e da possibilidade de ação sobre ele; o processo tornou-se aqui, ao contrário, de tal natureza que esses dois momentos, o trabalho e o conhecimento, são separados, não estão mais juntos; e, então, o trabalho tornou-se uma ação mecânica e a ciência se colocou fora da subjetividade de quem trabalha; foi pensada em outro local e, no processo de trabalho, encontra-se presente não em quem trabalha, mas dentro de uma coisa, pois é isso que é a máquina; essa será a característica central do processo de produção enquanto ele for determinado pelo capital (NAPOLEONI, 1981, p.93 apud ROMERO, 2005, p. 190).

O trabalho torna-se mecanizado, coisificado e o homem apenas produz/reproduz através da máquina, o seu conhecimento não é mais valioso, uma vez que ocorre a separação entre a concepção e execução no processo do trabalho. Contrapondo-se a essa separação entre concepção e execução, Mao Tse-tung (1999, p.12-13) ressalva a estrita ligação entre o conhecimento e a atividade de produção

[...] O conhecimento do homem depende essencialmente da sua atividade de produção material, durante a qual vai compreendendo progressivamente os fenômenos da natureza, as suas propriedades, as suas leis, assim como as relações entre ele próprio, homem, e a natureza; ao mesmo tempo, pela sua atividade de produção, ele aprende a conhecer em graus diversos, e também de uma maneira progressiva, certas relações que existem entre os próprios homens. Todos esses conhecimentos não podem ser adquiridos fora da atividade de produção.

Esta compreensão de que trabalho e conhecimento estão interligados, ou seja, quanto mais os trabalhadores adquirem conhecimento, produzem mais e a economia se desenvolve, a educação passa a ser um instrumento dessa concepção alicerçada pelo capitalismo. É nesse contexto que a educação se entrelaça ao sistema capitalista, fomentando a visão da educação baseada na teoria do capital humano, a qual, começa a ser discutida a partir das pesquisas de Schultz.

A ideia central da Teoria do Capital Humano é que o investimento em formação pessoal, contribuirá para o aumento da produtividade do trabalhador e assim alavancar o progresso de um país. De acordo com Schultz apud Saviani (2005, p.3), a qualificação humana, baseada na educação, reflete no desempenho econômico

Ao investigar a relação entre os níveis de renda e graus de escolaridade, constatou que os níveis de renda aumentavam em proporção aritmética para os indivíduos que possuíam escolaridade média em relação ao que só possuíam escolaridade primária e aumentavam em proporção geométrica para os que possuíam escolaridade superior. Esta relação seria a prova empírica do "valor econômico da educação.

Estreita-se relações entre mercado de trabalho e educação, as quais, atenuam-se por meio da escola, esta que é necessária ao modo de produção

[...] A escola pública passava a ser desejada como instrumento capaz

de apaziguar as contradições sociais e de preparar o trabalhador para as exigências do mercado, da vida urbana e do trabalho industrial. A escola pública surgia, assim, tanto como um problema relativo ao sistema produtivo quanto como expressão das contradições contidas nas relações sociais capitalistas (FAVORETTO; FIGUEIREDO; VIRIATO, 2011, p. 3).

Nesse viés produtivista, em 1971, no Brasil foi aprovada a lei nº 5.692 que “pretendeu substituir a dualidade pelo estabelecimento da profissionalização compulsória [equiparação, formal, entre o curso secundário e os cursos técnicos] no ensino médio; dessa forma, todos teriam uma única trajetória” (KUENZER, 2001, p.29), pois, o contexto exigia demanda de mão de obra qualificada, assim, os cursos organizavam-se em âmbitos técnico-científicos.

Mais tarde, a LDB (9394/96) aborda a educação profissional em seus artigos 39 a 42. O art.40 ressalva um entrelaçamento entre educação profissional aliada a educação regular, e o Decreto n. 2.208/1997 (BRASIL, 1997) regulamenta os referidos artigos da LDBEN.

A regulamentação da educação profissional aliada a educação regular, inferiu em inúmeros projetos voltados a Educação de Jovens e Adultos, os quais procuraram articular a escolarização com a educação profissional: Programa Brasil Alfabetizado (PBA), Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária, Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos e o Plano Nacional de Qualificação (COSTA, 2013).

Esse processo de integração dá continuidade com o Decreto n. 5.478, de 24 de junho de 2005, que designava os Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas Federais, Escolas Agro técnicas vinculadas às Universidades Federais a oferta de cursos da educação profissional na forma integrada ao ensino médio na modalidade de EJA. Após o decreto, em 2008, com a aprovação da Lei nº 11.741, a relação entre educação de jovens e adultos e mercado de trabalho é novamente reafirmada. Através dos dados coletados pelo MEC e do INEP, observa-se a crescente inserção de jovens e adultos no ensino fundamental e médio atrelados a Educação Profissional:

ANO	Ensino Médio (%)	Ensino Fundamental (%)
2007	0	0,3
2008	0,3	0,5
2009	1,2	0,2
2010	2,7	0,5
2011	3,1	0,9
2012	2,7	2,8
2013	3,1	2,6
2014	3,3	2,5
2015	3	3,1
2016	2,5	2,9
2017	3	0,5
2018	2,9	0,3
2019	3,1	0,6

Tabela 1 – Porcentagem de matrículas de educação de jovens e adultos no ensino fundamental e no ensino médio, integradas à educação profissional

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar,2007-2019.

A primeira tabela demonstra que a porcentagem de matrículas de jovens e adultos no Ensino Médio integrados à educação profissional eleva-se com o passar dos anos, de 0% em 2007 para 3,3% em 2014, a qual chega a seu ápice, e em 2019 configura-se em 3,1%. Na terceira coluna, observa-se a elevação das matrículas de jovens e adultos no Ensino Fundamental integrados à educação profissional: em 2007 apenas 0,3%, já nos anos de 2012 à 2016 estão os maiores percentuais de matrículas (2,8%, 2,6%, 2,5%, 3,1% e 2,9%) e em 2019 diminui-se o percentual para 0,6%.

ANO	SEM INSTRUÇÃO OU FUNDAMENTAL INCOMPLETO	FUNDAMENTAL COMPLETO E MÉDIO INCOMPLETO	MÉDIO COMPLETO E SUPERIOR INCOMPLETO	SUPERIOR COMPLETO
2012	29.584	15.435	31.403	12.811
2013	29.126	15.674	32.381	13.534
2014	28.274	15.636	33.305	14.729
2015	27.355	15.431	33.888	15.489
2016	25.764	14.081	34.235	16.697
2017	25.137	14.149	34.889	16.898
2018	24.211	13.895	35.813	18.413
2019	23.667	14.028	37.596	19.352

Tabela 2 – Pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas, por nível de instrução (por mil)

Fonte: IBGE- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual-1ª visita.

A segunda tabela traz um parâmetro das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas, ou seja, pessoas que estão em exercício de trabalho, e seus respectivos níveis de instrução. Observa-se que o número de pessoas sem instrução ou que não completaram o ensino fundamental é significativo em relação aos que possuem o ensino fundamental, médio ou superior completo. No ano de 2012, quase 30 milhões de pessoas não possuíam o ensino fundamental completo, enquanto apenas 12 milhões tinham o ensino superior completo, e nos anos seguintes o índice aponta continuamente esta diferença entre os níveis de instrução.

Ao comparar os gráficos apresentados acerca da idade, ocupação no mercado de trabalho e a escolarização, afere-se que na adolescência, por condições econômicas, sociais e políticas, acaba-se por optar apenas pelo trabalho e a educação é deixada em segundo plano. Estes jovens e adultos adentram na EJA em busca de melhorar seus conhecimentos, ampliar as opções de mercado de trabalho e conciliar os estudos, as suas rotinas implicadas diretamente pelas relações de mercado e capital.

EDUCAÇÃO PARA ALÉM DO CAPITAL

Subentende-se que com a emancipação do capitalismo e o crescimento econômico interligado a educação, a EJA através dos programas educacionais voltados a profissionalização contribui para a inserção de jovens e adultos no mercado de trabalho. Para manter-se ativo nesse sistema, o trabalhador vende sua força de trabalho em troca de seu salário e não tem domínio do que produz, pois não produz para si, mas para atingir uma finalidade produtiva. Assim: “[...] aquilo que é criação do homem, se afasta(aliena) dele, tornasse-lhe estranho, volta-se contra ele” (KONDER, 2009, p. 40 apud SCORTEGAGNA, 2016, p. 82).

De acordo com Konder (2009, p. 130) apud Scortegagna (2016, p. 82), os trabalhadores neste sistema de produção são vistos como coisas (coisificação ou reificação), ou seja, mercadorias do ambiente produtivo.

Os indivíduos não percebem suas condições de reificados e são desvinculados daquilo que produzem, servindo apenas como força de trabalho: “O que o trabalhador troca como o capital é o seu próprio trabalho (na troca, a disponibilidade sobre ele); ele o aliena. O que ele recebe como preço é o valor dessa alienação” (MARX, 2011a, p.113 apud SCORTEGAGNA, 2016, p. 83).

Para manter os indivíduos alienados é necessária uma ideologia, a qual exercerá domínio sobre o sujeito e sua capacidade de observação construindo uma falsa consciência, que contribuirá para a manutenção da ideologia vigente (capitalista), como afirma Scortegagna (2016, p. 89)

Por meio da alienação ideológica emergem formas de interpretação e apropriação do mundo, que estão relacionadas as condições materiais de

existência e podem se constituir como uma falsa consciência, a partir da forma de interpretação do real. Atua para efetivação de uma posição "real", independente se ela é falsa ou verdadeira. Enquanto forma teórica, se coloca a serviço da instauração de novas condições ou para a reprodução das já existentes.

Ao reproduzir essa falsa consciência, os indivíduos não estabelecem relações concretas com os outros e com a natureza, não conseguem compreender suas experiências práticas e nem apreender sobre a realidade em que está inserido. Logo, não se compreende como sujeito na prática social, pois ao fragmentar o trabalho e os demais segmentos da sociedade, o indivíduo tem uma concepção parcial e equivocada de seu lugar no mundo.

Além disso, a ideologia utiliza os conhecimentos científicos como um mecanismo de separação de classes, possibilitando aos dominados a instrumentalização necessária para a execução de atividades laborais (SCORTEGAGNA, 2016). A classe dominante beneficia-se com a situação, uma vez que "quanto mais afastado da compreensão da totalidade, mais dócil e manipulável pode ser o trabalhador" (SCORTEGAGNA, 2016, p. 94), assim ele assimila e reproduz a ideologia vigente da sociedade capitalista.

Diante desse cenário ideológico dominante, a desalienação faz-se necessária em vista as condições desumanizantes "as quais os sujeitos perdem a sua liberdade plena, são separados da sua essência material, sendo submetidos à pequenas concessões no que diz respeito a propriedade, à participação, a escolha da atividade laboral e à inserção social" (SCORTEGAGNA, 2016, p. 94). Para que a desalienação seja efetiva, a tomada de consciência sobre a própria situação é fundamental, torna-se necessário propiciar meios para que trabalhadores e demais pessoas da classe dominada possam compreender a condição de alienados e assim, efetivar ações que visem a emancipação política.

É nesse viés emancipatório em favor da desalienação, que a educação exerce sua função transformadora e crítica sob a compreensão do trabalho como um princípio educativo, abordado através das contribuições de Antonio Gramsci. Partindo do pressuposto que a estrutura social é um espaço privilegiado pelos intelectuais, Gramsci afirma a importância da formação de intelectuais na classe trabalhadora a fim de disputar a hegemonia e ocuparem espaços de transformação social, portanto, a classe trabalhadora deve ter acesso à: escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa que equilibre de modo justo a capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual" (GRAMSCI, 1982, p.118).

A proposta de escola única corrobora com o ideal de formação humana que considera o aspecto técnico do trabalho, tanto quanto a compreensão dos conhecimentos científicos atrelados a ele, ou seja, considera o trabalho como princípio educativo

O conceito e o fato do trabalho (da atividade teórico prática) é o princípio educativo imanente à escola primária, já que a ordem social e estatal (direitos e deveres) é introduzida e identificada na ordem natural do trabalho. O conceito de equilíbrio entre ordem social e ordem natural com base no

trabalho, na atividade teórico-prática do homem, cria os primeiros elementos de uma instituição do mundo liberta de toda a magia e bruxaria, e fornece o ponto de partida para o posterior desenvolvimento de uma concepção histórica, dialética, do mundo, para a compreensão do movimento e do devir, para a avaliação da soma de esforços e de sacrifícios que o presente custou ao passado e que o futuro custa ao presente, para a concepção da atualidade como síntese do passado, de todas as gerações passadas, que se projeta no futuro (GRAMSCI, 1982, p.130).

O conhecimento vinculado a escola, fundamenta-se na prática social do trabalho e deve estabelecer relações entre si. O trabalho constitui-se como base, o qual, todos os conhecimentos se disseminam. Diante desta perspectiva, a escola deve ser capaz de fornecer conhecimento aos sujeitos a fim de que estes, compreendam o funcionamento das relações sociais de trabalho e a partir desta, decidam por sua manutenção ou transformação.

Para tanto, a escola não deve estar associada somente a ocupação de um espaço no processo produtivo, mas deve formar o sujeito: “[...] como pessoa capaz de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige” (GRAMSCI, 1982, p.136).

A escola assume um papel para além do espaço formal, debatendo a educação no sentido amplo, priorizando a educação formal mediante a necessidade da mesma para a formação intelectual (YAMANOE; VIRIATO, 2011, p.120-121).

Tornar o trabalho como um princípio educativo na escola pública exige adequações aos interesses dos trabalhadores. É fundamental a garantia da apropriação de conhecimentos interligados a práticas de mediação entre professor e aluno, visando a desmistificação construída a partir das relações estabelecidas no modo de produção capitalista, portanto

Não basta realizar todo o processo – produzindo as doze partes do alfinete – para que o trabalho deixe de ser alienado. Tampouco se pode dizer que dominar os conhecimentos teóricos que fundamentam o processo de trabalho basta para que o trabalhador possa alcançar um “conhecimento pleno e profundo do alfinete”. A aquisição de conhecimento pelos trabalhadores deve, no entanto, ser perseguida como ferramenta de luta e ser conquistada por essa classe (GOTARDO; VIRIATO, 2011, p.58).

A educação é um elemento essencial para o processo emancipatório desalienante (SCORTEGAGNA, 2016). Uma educação voltada a emancipação traz consigo a criticidade, proporcionando aos sujeitos condições de compreender a realidade e o processo de alienação, o qual está findado nos interesses burgueses que limitam o aprendizado a meras funções técnicas e fabris. Por tanto, a educação não pode ser pensada como um artifício ideológico da classe dominante, mas sim, um mecanismo para o processo de conscientização emancipatória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada afirmou a relação existente entre a Educação de Jovens e Adultos e o mercado de trabalho, uma vez que, em busca de um salário para sobreviver,

muitos jovens começam a trabalhar e a escola torna-se um plano secundário, tornando-se necessária a inserção na EJA e/ou em outras modalidades da educação de jovens e adultos para a conclusão de seus estudos.

Construir uma educação para além do mérito técnico-trabalhista, voltada para as dimensões políticas, éticas e humanitárias apresenta-se como um desafio na atualidade. Resgatar a dignidade humana constitui um princípio norteador em todas as práxis contra hegemônicas, por isso: “É fundamental que os educadores comprometidos com uma prática educativa transformadora, ou seja, causa da classe trabalhadora, exerçam, na contradição, o debate teórico e defendam avanços, mesmo diante de tantos retrocessos que o capitalismo nos impõe” (YAMANOE; VIRIATO, 2011, p. 130).

Faz-se necessária uma educação para “além do capital”, ou seja, uma educação para a liberdade, especialmente para jovens e adultos da EJA, os quais, em sua trajetória estão interligados a uma visão de educação que propiciará certificação e irá ampliar as possibilidades de inserção ou melhor colocação no mercado de trabalho.

Portanto, cabe ao professor e toda equipe da escola que atua com a EJA proporcionar para além de conteúdos, mas elaborar práticas pedagógicas em que o aluno tenha consciência de si e do mundo, perceba sua alienação, mas também tenha em si despertado a possibilidade de transformação. Para isso, é fundamental uma educação desalienada, crítica e emancipatória.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A; CORSO, A. A Educação de Jovens e Adultos: aspectos históricos e sociais. **EDUCERE**: XII Congresso Nacional de Educação, PUCPR, 2015, p. 1-17.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> acesso em: 08 de maio de 2020.

BRASIL. Lei n. 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 de dez.1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 08 de maio de 2020.

COSTA, C. B. **Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o mundo do trabalho**: trajetória histórica de afirmação e negação de direito à educação. Paidéia, Belo Horizonte, v. 10, n. 15 p. 59-83 jul./dez. 2013.

DI PIERRO, M. C. A Educação de Jovens e Adultos no Plano Nacional de Educação: avaliação, desafios e perspectivas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 939-959, jul.-set. 2010.

FAVORETO, A.; FIGUEIREDO, I. M.; VIRIATO, E. **Desafios e perspectivas na busca da unidade de conteúdo**. Mimeo, 2011.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo:Cortez,2003.

GOTARDO, R.C; VIRIATO, E. O conhecimento como produto das relações de trabalho. In: SILVA, M.; AMORIM, M.; VIRIATO, E. **Projeja-educação profissional integrada à EJA: entre políticas e práticas**. Curitiba: UTFPR, 2011, p.47-61.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4a Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

KUENZER, A. Z. **Ensino médio e profissional**: as políticas do Estado neoliberal. São Paulo: Cortez, 2001.

MORAES, C.S. Educação de Jovens e Adultos trabalhadores de qualidade: regime de colaboração e sistema nacional de educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 34, n. 124, p. 979-1001, jul.-set. 2013.

ROMERO, D. **Marx e a técnica**: um estudo dos manuscritos de 1861-1863. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular,2005.

SCORTEGAGNA, P. A. **Emancipação política e educação**: ações educacionais para o idoso nas instituições de ensino superior públicas paranaenses. Ponta Grossa, 2016.

SAVIANI, D. Transformações do Capitalismo, do Mundo do Trabalho e da Educação. In: LOMBARDI, José; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José. (Org.). **Capitalismo, Trabalho e Educação**. Campinas: Autores Associados, 2005.

SOUZA, M. **Educação de jovens e adultos**. Curitiba: IBPEX,2011.

TSE-TUNG, M. **Sobre a prática e sobre a contradição**. São Paulo: Expressão Popular,1999.

YAMANOE, M. C; VIRIATO, E. Trabalho como princípio educativo e PROEJA: possibilidades para o trabalho educativo. In: SILVA, M.; AMORIM, M.; VIRIATO, E. **PROEJA – educação profissional integrada à EJA entre políticas e práticas**. Curitiba: Ed. UTFPR,2011, p.109-131.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acolhimento 170, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181

Alfabetização 64, 65, 69, 111, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 187, 189, 194, 223

Amazônia 136, 137, 138, 139, 143, 144

Aprender 16, 35, 114, 115, 154, 176, 202, 203, 205, 207, 208, 212, 213, 214, 218, 219

B

Brasil 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 22, 23, 25, 26, 27, 33, 36, 37, 40, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 60, 63, 66, 69, 71, 76, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 90, 92, 93, 94, 97, 98, 112, 113, 114, 118, 120, 121, 122, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 140, 143, 145, 146, 150, 153, 155, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 180, 181, 189, 190, 195, 197, 198, 199, 201, 204

C

Ciência 24, 27, 36, 37, 39, 40, 41, 43, 44, 70, 80, 109, 111, 114, 127, 130, 134, 139, 149, 183, 201, 206, 216

Continuidade 14, 15, 16, 19, 20, 21, 26, 67, 71, 79, 99, 101, 108, 113, 142, 189, 192, 215

COVID-19 12, 13, 14, 17, 18, 20, 21, 22, 24, 25, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 36, 37, 53, 80, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 135

Cuidar 33, 35, 123, 124, 125, 126, 205, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216

D

Decadência ideológica 38, 48

Descontinuidade 9, 10, 99

Diretoras escolares 78, 84

Docência 182, 185, 188, 189, 223

E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 35, 38, 46, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 128, 129, 131, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 149, 150, 153, 154, 155, 156, 173, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 207, 210, 216, 218, 219, 222, 223

Educação à distância 51, 52, 53, 55, 56, 60

Educação básica 25, 62, 66, 68, 69, 71, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 90, 92, 94, 97, 113, 121, 191, 193, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 204, 223

Educação de jovens e adultos 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 75, 76, 77, 111, 113, 114, 116, 118, 119, 121, 122

Educação infantil 80, 98, 182, 183, 184, 185, 186, 191, 192, 196, 197, 199, 200, 204

Enfermagem 12, 13, 37, 66, 145, 146, 153, 154, 155, 205, 207, 209, 210, 211, 213, 214, 215, 216

Ensino médio 8, 24, 26, 28, 29, 36, 62, 67, 69, 71, 72, 77, 80, 82, 83, 84, 96, 97, 98, 199

Equidade 10, 55, 97, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 194, 195

Estado 1, 2, 4, 5, 14, 48, 64, 65, 77, 80, 86, 90, 92, 93, 95, 111, 112, 114, 115, 120, 121, 128, 137, 138, 141, 150, 173, 174, 179, 189, 212, 223

F

Fake news 27, 36, 37

Famílias 32, 78, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 98, 184, 190, 202, 205, 207, 208, 209, 214, 215

Formação 1, 2, 4, 5, 7, 8, 9, 13, 17, 24, 55, 57, 61, 63, 66, 69, 70, 74, 75, 79, 81, 84, 85, 86, 90, 91, 92, 93, 103, 104, 106, 110, 111, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 123, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 170, 174, 176, 178, 179, 180, 184, 186, 191, 192, 196, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 208, 209, 211, 212, 223

Formação alfabetizadores 111

Formação e trabalho 145

Formação pastoral 127, 129, 130, 131, 133

Formalismo 38

G

Gestão democrática 69, 94, 107, 109, 196, 197, 198, 200, 202, 203, 204

Gestão Educacional Municipal 187

Gestão escolar 78, 80, 81, 83, 84, 87, 88, 89, 90, 91, 94, 95, 96, 98, 193, 196, 197

H

História 1, 2, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 21, 41, 42, 44, 45, 49, 63, 66, 79, 80, 86, 99, 100, 101, 109, 110, 113, 119, 120, 122, 126, 138, 140, 142, 172, 191, 194, 207, 208, 215, 219

I

Indicador Vulnerabilidade Curitiba 187, 188, 189, 192, 194, 195

Indisciplina 91, 95, 182, 183, 184, 185, 186

L

Liberdade 43, 68, 74, 76, 92, 99, 100, 102, 105, 106, 107, 108, 109, 130, 139, 143, 148, 155, 172, 173, 176, 179, 210

Língua 87, 170, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 193, 223

M

Mainstreaming and Service Learning 158

Maioridade 99, 100, 107, 108, 109

Mediador 51, 58, 60, 221

Mercado de trabalho 48, 62, 63, 65, 66, 69, 70, 71, 73, 75, 76, 174, 176

Metodologia comparada 145, 147

Modelos educacionais 127

Morte 98, 101, 146, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216

Multidisciplinar 12, 55, 56, 159, 169, 223

O

Orientador 51, 58, 59, 60, 78, 82, 114

P

Pandemia 12, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 53, 80, 95, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 184, 188

Papel do gestor 196, 197

Políticas públicas 64, 80, 81, 92, 93, 95, 111, 112, 113, 119, 129, 132, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 173, 223

Português 4, 7, 146, 170, 176, 177, 178, 180, 181

Processo educacional 3, 4, 6, 57, 103, 136, 138, 142, 188, 203

Programa de alfabetização 111

Project-based learning 158, 163, 168

Projeto de extensão 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20

Q

Qualidade 1, 2, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 14, 19, 22, 25, 26, 52, 53, 54, 55, 56, 59, 60, 69, 77, 78, 80, 81, 83, 84, 87, 88, 89, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 119, 132, 140, 153, 190, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 203, 208

R

Racionalismo 38, 39, 40, 41, 42, 46, 47, 48, 100, 105, 108, 109

Refúgio 170, 171, 172, 173, 174, 175, 180, 181

S

Saúde 12, 13, 14, 15, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 33, 35, 36, 37, 64, 87, 118, 127, 128, 129, 134, 145, 146, 151, 152, 153, 156, 173, 174, 183, 207, 208, 209, 211, 215, 216, 217

Sociedade 1, 2, 5, 6, 9, 11, 13, 16, 22, 25, 26, 27, 36, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 49, 55, 57, 59, 63, 66, 69, 74, 78, 80, 81, 85, 90, 91, 95, 96, 100, 103, 104, 108, 115, 116, 118, 119, 128, 136, 138, 139, 141, 143, 144, 151, 171, 174, 175, 176, 177, 179, 189, 190, 201, 202, 203, 207, 211

Sustainability 158

Sustainable development goals 158, 169

T

Tutor à distância 51, 52, 53, 54, 59, 60

Tutor presencial 51, 52, 53, 54, 56, 60

U

Unidades de Terapia Intensiva 145





A educação

enquanto fenômeno social:

Um estímulo à transformação humana

2



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora
Ano 2022





A educação

enquanto fenômeno social:

Um estímulo à transformação humana

2



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Ano 2022